



CÂMARA MUNICIPAL DE VIRGEM DA LAPA-MG

Adm.: 2019 a 2020

CNPJ: 22.056.873/0001-59

CEP 39.630-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DO TRIBUNAL DE  
CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.**

**Processo:** 1077042

**Ofício:** 12744/2020 –SEC/1ª Câmara

**VALDOMIRO SILVA COSTA NETO**, brasileiro, solteiro, vereador, presidente da Câmara Municipal, portador da CI/RG MG 10.118.341 SSP/MG e do CPF nº 041.981.006-40, com endereço profissional na Av. Capitão Mor Antônio Pereira, nº 110, Centro – Virgem da Lapa – MG, CEP 39630-000, vem à ilustre presença de Vossa Excelência, apresentar, tempestivamente, **DEFESA**, mediante as razões fáticas e jurídicas a seguir delineadas:





## SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de representação formulada por Antônio Alves de Souza Filho, vereador do Município de Virgem da Lapa, na qual noticia a ausência de recolhimento, por parte da Câmara Municipal, de INSS relativo às competências de novembro, dezembro e 13º salários de 2018 e janeiro de 2019.

Segundo narra o representante, os débitos relativos ao não recolhimento de INSS foram quitados pela Prefeitura do Município de Virgem da Lapa, uma vez que o Poder Executivo buscava a obtenção de certidão negativa de débitos.

Contudo, o nobre colega ao dispor sobre o exercício da gestão, equivocou-se ao relatar que a gestão 2018/2019 foi exercida por mim, Valdomiro Silva Costa Neto, atual presidente.

Na verdade, há dois períodos: gestão 2017/2018 (Carlos Lacerda Jardim) e 2019/2020 (Valdomiro Silva Costa Neto). Desse modo, o responsável pelos repasses referentes ao ano de 2018 é o antigo gestor (2017/2018) e vereador Carlos Lacerda Jardim.

Conforme apurado, o Legislativo local deixou de recolher ao INSS as contribuições patronais previdenciárias dos meses de novembro, dezembro e do 13º salário de 2018, as quais somam o valor aproximado de R\$ 56.112,95 (cinquenta e seis mil, cento e doze reais e noventa e cinco centavos), conforme demonstrativo já juntados aos autos.

Após tomar posse, não autorizei a quitação do débito, da gestão anterior, junto ao INSS, uma vez que embora já empenhadas, deixaram de ser pagas pelo Poder Legislativo e o valor não se encontrava disponível em janeiro de 2019.

Em breve síntese, eis os fatos.





---

DA PRELIMINAR

I. DA ILEGITIMIDADE

Observamos nos documentos anexos que a gestão do Legislativo Municipal em 2017/2018 foi exercida pelo Sr. Carlos Lacerda Jardim.

Em análise dos documentos colacionados, encontramos a ilegitimidade do Sr. Valdomiro Silva Costa Neto, em razão de que sua participação na gestão do legislativo municipal é de 2019/2020.

Portanto, este não contribuiu para o fato gerador do dano, que foi ocasionado pelo antigo gestor. Sendo daquele TODAS AS AUTORIZAÇÕES DE PAGAMENTO, EMPENHO E RECONHECIMENTO DE DÍVIDAS. Logo, ao não refazer o repasse, aquele assumiu todos os riscos, devendo por eles responder.

Em momento algum no processo encontra-se o nexo entre a conduta atribuída ao representado e o dano causado, vez que sequer participava da mesa diretora.

Desta forma, temos que a ilegitimidade passiva do requerido deve ser reconhecida de plano, pois observamos os documentos que remetem à essa ilegitimidade, onde temos clara a conduta do ordenador de despesas, ou seja, o antigo gestor, sendo deste todas as ordens que emanaram recolhimentos e repasses.

Portanto, aguarda o pronunciamento deste Tribunal quanto à questão preliminar levantada, a fim de que seja o requerido excluído do polo passivo e conseqüentemente, de todo e qualquer julgamento de mérito.





## DO MÉRITO

### I. DO CONDUTA – RESPONSABILIDADE

No presente caso, resta evidente que o representado foi prejudicado, haja vista o entendimento já generalizado acerca das supostas irregularidades apontadas, atribuindo conduta não praticada, numa tentativa frustrada de atribuir-lhe.

No largo arcabouço do Direito positivo pátrio, encontra-se respaldado na Lei nº 9784 de 29 de janeiro de 1999, onde traz no caput do art. 2º, o seguinte:

*Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, formalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.*

*In casu*, o ilustre órgão técnico opinou pelo arquivamento do processo, sem resolução de mérito, visto a ausência de caracterização de dolo, ou má-fé, considerando a punição do responsável incabível.

Instado a se manifestar, o Ministério Público de Contas exarou parecer em que se posicionou categoricamente pela existência de dano ao erário.

Assim, da análise aprofundada dos presentes autos constata-se que ficou comprovada a prática de ato ilegal, antieconômico que resultasse dano ao erário Público, vindo o gestor (2017/2018) não cumprir com as determinações constitucionais, assim como aquelas contidas nos demais diplomas de legislação específica.

Desse modo, reitera a ilegitimidade do representado, assim como pugna pela juntada dos documentos em anexo.





---

**DOS PEDIDOS**

ANTE AO EXPOSTO, requer o ACOLHIMENTO das razões apresentadas, reconhecendo **PRELIMINARMENTE**:

a) A total ilegitimidade do representado, vez que o mesmo ocupa o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Virgem da Lapa de Janeiro de 2019 à Dezembro de 2020.

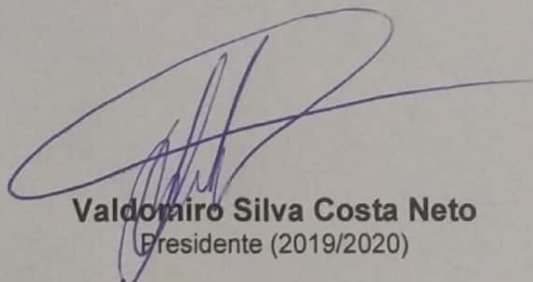
**NO MÉRITO**, reconhecer de plano:

b) Requer em obediência ao princípio do contraditório e ampla defesa, o provimento destas razões, excluindo o requerido deste feito, por inexistir em todo o processo qualquer cominação constatada, diante da ausência de nexos causal da autoria e conduta.

Requer ao final a intimação do Requerido para que caso queira possa exercer a ampla defesa, ter ciência da conclusão da instrução do feito junto à este Tribunal.

Nestes termos, pede deferimento.

Virgem da Lapa, 05 de outubro de 2020.



**Valdomiro Silva Costa Neto**  
Presidente (2019/2020)